



Anais do Encontro Anual
da Rede de Pesquisa em
Governança da Internet
Maio de 2024

VII ENCONTRO DA REDE DE PESQUISA EM GOVERNANÇA DA INTERNET - REDE 2024

FICHA TÉCNICA

ANAIS DA REDE DE PESQUISA EM GOVERNANÇA DA INTERNET-VOL. 7, ISSN 2675-1690

Editores

Diego Vicentin
Hemanuel Jhosé Alves Veras
Maria Vitoria Pereira de Jesus

Autores

Andressa de Bittencourt Siqueira
Ane Carine Meurer
Diná Santana Santos
Elen Nas
Elizabeth Machado Veloso
Henrique S. Xavier
Isabelle Brito Bezerra Mendes
Jeiel de Santana Barbosa
João Araújo Monteiro Neto
Josiane Ribeiro
Kauã Arruda Wioppiold
Lucas Zanotto
Luis Henrique de Menezes Acioly
Luísa Carli de Lacerda
Matheus Fernandes da Silva
Pedro Odebrecht Khauaja
Sérgio Braga
Tatiana Nascimento Heim
Yago Rabelo Daltiba

COMITÊ ORGANIZADOR

Núcleo de Coordenação da Rede de Pesquisa em Governança da Internet

Alexandre Arns Gonzales
Carolina Batista Israel
Diego Vicentin
Fernanda R. Rosa
Hemanuel Jhosé Alves Veras
Kimberly de Aguiar Anastácio
Maria Vitoria Pereira de Jesus
Nathan Paschoalini Ribeiro Batista
Rodolfo Avelino

Comitê Científico

Alexandre Arns Gonzales
Ana Paula Camelo
Carolina Batista Israel
Daniela Araújo
Diego Vicentin
Fernanda R. Rosa
Flávio Rech Wagner
Gills Vilar-Lopes
Jean Ferreira dos Santos
Leonardo Ribeiro da Cruz
Maria Mónica Arroyo
Martha Mourão Kanashiro
Rafael Evangelista
Raquel Gatto

Rodolfo Avelino
Sergio Marcos de Ávila Negri
Rodrigo Firmino

Moderadores

Daniela Araújo
Diego Vicentin
Hemanuel Jhosé Alves Veras
Laura Conde Tresca

Debatedores

Diná Santana Santos
Elen Nas
Elizabeth Machado Veloso
Henrique S. Xavier
Jeiel de Santana Barbosa
Josiane Ribeiro
Kauã Arruda Wioppiold
Lucas Zanotto
Luísa Carli de Lacerda
Matheus Fernandes da Silva
Pedro Odebrecht Khauaja
Sérgio Braga
Tatiana Nascimento Heim
Yago Rabelo Daltiba

O VII Encontro da Rede de Pesquisa em Governança da Internet e a publicação dos Anais resultantes deste encontro receberam apoio de: Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, Internet Society - Capítulo Brasil e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), através de recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



Internet Society
Capítulo Brasil





REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS BIG TECHS: O DEBATE DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL (LEI 13.709/18)

ELIZABETH MACHADO VELOSO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO	7
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	8
METODOLOGIA.....	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
REFERÊNCIAS	13



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS BIG TECHS: O DEBATE DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL (LEI 13.709/18)

Elizabeth Machado Veloso¹

RESUMO

Este estudo objetiva investigar a manifestação de interesses alinhados às grandes corporações tecnológicas, as "Big Techs", dentro do âmbito do processo legislativo da Câmara dos Deputados brasileira, acerca da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A análise de discurso para discernir os elementos político-ideológicos intrínsecos nos discursos parlamentares, que refletem perspectivas particulares sobre as políticas de regulação da internet, foi o tema central para esta pesquisa. Procura-se identificar elementos que representam uma alternativa ao capitalismo global em sua expressão neoliberal. A abordagem empírica adotada se estrutura em diversos autores e teorias, como Fuchs (2014), Zubboff (2019), Srnicek (2017) e Fairclough (2008). A pesquisa se concentra na prática discursiva para compreender os processos de produção e disseminação dos textos envolvendo análise textual e linguística; análise da prática discursiva; e análise do discurso como prática social. A relação entre as práticas discursivas e sociais será examinada mediante o escrutínio dos pressupostos ideológicos implícitos nos debates sobre a LGPD. Nossa abordagem metodológica, concentra-se principalmente na análise dos discursos de deputados conservadores, progressistas e também de convidados para o processo de discussão e construção da lei de proteção de dados, em sua tramitação na Câmara dos Deputados, com base num corpus de análise de 267 discursos. O estudo está organizado em tópicos que abordam desde a vigilância de dados e a cultura do pânico, até a desregulação e o papel do Estado, passando pela precarização do trabalho, soberania digital, busca de consenso e o fluxo internacional de dados, bem como o solucionismo tecnológico e o dataísmo. Na perspectiva da Economia Política da Comunicação, os sistemas de vigilância estão atrelados à mercantilização ou "mercadorização" da vida em rede. Avançamos também para explorar como a vigilância foi abordada pelos deputados durante debates sobre legislação de proteção de dados.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Minho, em Braga, Portugal, mestre em Políticas de Comunicação pela Universidade de Westminster, consultora legislativa na Câmara dos Deputados na Área de Comunicação, Ciência e Tecnologia, Serviços Postais e Informática.

PALAVRAS-CHAVE

Economia política da comunicação; capitalismo de plataformas; lei geral da proteção de dados; privacidade; análise crítica de discurso.

ABSTRACT

This study aims to investigate the manifestation of interests aligned with large technological corporations, the “Big Techs”, within the discursive realm of the Brazilian Chamber of Deputies regarding the General Data Protection Law (LGPD). Ideological analysis was crucial for discerning the political-ideological elements intrinsic in parliamentary speeches that reflect particular perspectives on regulation policies, a central theme for this research. It seeks to identify in the speeches elements that represent an alternative to global capitalism in its neoliberal expression. The empirical approach adopted is structured on several authors and theories, such as Fuchs (2014), Zubboff (2019), Srnicek (2017) and Fairclough (2008). The investigation concentrates in textual and linguistic analysis; analysis of discursive practice; and analysis of discourse as social practice. The relation between discursive and social practices will be examined through the scrutiny of ideological assumptions implicit in the debates on the LGPD. Our methodological approach focuses mainly on the analysis of conservative, progressists deputies’ speeches and also invited to the process of discussion and construction of the data protection law, currently being processed in the Chamber of Deputies, based on a corpus of analysis of 267 speeches. The study is organized in topics that range from data surveillance and panic culture to deregulation and the role of the state, through the precarization of work, digital sovereignty, consensus-seeking, and the international flow of data, as well as technological solutionism and dataism. From the perspective of the Political Economy of Communication, surveillance systems are tied to the commodification or “merchandization” of life online. We proceed to explore how surveillance was addressed by deputies during debates on data protection legislation.

KEY WORDS

Political economy of communication; platform capitalism; general data protection law; privacy; critical discourse analysis.

INTRODUÇÃO

O estudo se baseia na Economia Política da Comunicação (BOLAÑO, 2000) para analisar o equilíbrio de poder na mídia e a troca comunicativa mediada pelo capital (BRAMAN, 2004). Explora o fato de que a privacidade de dados é um conceito em disputa, refletindo sobre as narrativas que favorecem uma visão neoliberal e as que questionam os limites do capitalismo em relação à sociedade. A extração de valor dos dados pessoais dos usuários para monitoramento e formação de perfis preditivos do usuário e recomendação de conteúdo com fins lucrativos deve ser combatida (CARVALHO, 2020).

Intitulada “*Representações nos discursos no Parlamento sobre as ‘Big Tech’ no debate da proteção de dados pessoais no Brasil*”, a tese associada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho investiga a influência e o poder que as grandes empresas de tecnologia, conhecidas como “Big Tech”, exercem sobre a política de proteção de dados no Brasil. A transição da internet dos blogs para a era do big data e das big techs se configura na formação das GAFAM, sigla que simboliza as letras iniciais das empresas Amazon, Apple, Meta, Alphabet e Microsoft (VALENTE, 2019). O estudo aborda a problemática do capitalismo de plataformas no contexto da erosão da privacidade, em razão da montagem de um sistema de vigilância em massa, a partir do extrativismo de dados, que conferem às plataformas o acesso a uma quantidade excessiva de dados, que se tornaram a fonte de poder das empresas (ZUBOFF, 2015).

Ao destacar a importância dos dados pessoais na economia digital e a apropriação desses dados pelas big techs, a pesquisa discute os desafios de aprovar uma regulação mais efetiva, que pudesse fazer frente aos escândalos como o uso indevido de dados no plebiscito do Brexit e na eleição de Donald Trump.

O capitalismo de plataforma tem emergido como principal desafio da Sociedade da Informação e do Conhecimento (CASTELLS, 2018), em razão dos riscos e problemas apresentados hoje, na internet em escala global. Segundo recente estudo do Fórum Econômico Mundial, *Global Risk Report 2024*², as informações falsas, agora, alavancadas pelo uso da inteligência artificial como os *deep fakes*, são consideradas os maiores riscos da sociedade atual, em razão do impacto que produzem na ruptura de processos eleitorais e visões polarizadas, que podem levar a agitações civis e escalada de conflitos sociais, além de novos tipos de crimes, como os promovidos por meio por meio das *deep fakes*, as imagens sintéticas.

Um dos problemas é que muitas das proezas tecnológicas que desencadearam esses processos de ligação do mundo descartam vários setores populacionais, para os quais propõe Castells, que se procurem espaços de desenvolvimento criativo para evitar consequências devastadoras para quem é marginalizado (CASTELLS, 2018). Nesse novo cenário, o debate sobre o papel da mídia na sociedade contemporânea aborda a responsabilidade social dos meios de comunicação como “uma máquina

² Ver: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/>

ideológica”, que opera em um espaço no qual a busca pelo lucro e a integridade informativa colidem entre si (FONSECA, 2011).

A investigação traz como pano de fundo os impactos da indústria 4.0 (SCHWAB, 2018), ou seja, das novas tecnologias que propiciaram o capitalismo de plataforma sobre o mundo do trabalho e também sobre outras formas de organização social. Grohmann (2020) denuncia que o capitalismo informacional é um braço do novo capitalismo, e que os algoritmos baseados em dados criaram novas formas de controle do trabalho, que obedecem a modos de acumulação de riqueza e parte de uma racionalidade que sustenta politicamente o capitalismo. O autor lembra que a noção marxiana de tecnologia e capitalismo implica não apenas a utilização de máquinas e hardwares, mas cuja característica principal desse tipo de capitalismo é transformar a todos em produtor de mais valia para a indústria do capital, concentrada e monopolista, por meio do trabalho não remunerado, a partir da geração de conteúdo para as mídias digitais (GROHMANN, 2020).

A relevância da pesquisa é discutir o dilema da proteção de dados e da preservação do direito constitucional à privacidade, num ambiente em que algoritmos, no capitalismo de plataforma, utilizam-se de técnicas avançadas de atração dos consumidores pelo maior tempo possível (SILVEIRA, 2021). Os algoritmos traçam hábitos, posicionamentos ideológicos, perfis de conduta e de consumo, através de uma infinidade de dados, ou seja, o capitalismo digital se transformou em capitalismo digital-datafocado, ou seja, dirigido por dados. “Afim, nunca foi tão fácil obtê-los.” (SILVEIRA, 2021, p. 5).

Também mostrou-se preocupante a vigilância que se estabeleceu a partir da coleta de dados, formando-se assim, um círculo vicioso, levando à perda de privacidade, resultante da necessidade de prever as necessidades dos consumidores, para “atraí-los para espaços onde seus dados possam ser coletados e suas intenções, desvendadas”. (SILVEIRA, 2021, p. 5)

PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO

A ascensão do capitalismo informacional levou ao interesse natural de discutir a influência das big techs na votação das leis que podem mudar o modelo de negócios dessas empresas. Por isso, esta pesquisa debruçou-se sobre os discursos sobre a proteção de dados feitos durante a votação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei

13.709, de 2018), para tentar extrair os contextos, dizeres e saberes em torno da discussão do tema, e em que medida isso reflete os interesses em jogo.

A pesquisa se propõe a entender as representações dessas empresas nos discursos parlamentares, investigando a intersecção entre tecnologia, política e nova ordem econômica e os significados e práticas sociais do discurso (FAIRCLOUGH, 2008). O prisma mostrou-se muito interessante, uma vez que os discursos são eivados de ideias, crenças e simbologias, que deixam transparecer os interesses em jogo, levando-se em conta que o debate político é um espaço em que interesses estão em constante disputa (GRAMSCI, 1971). Conforme Giroux (2011, p. 5) “o discurso político está sob o domínio de múltiplas formas de fundamentalismo, tornando-se orientado para valores militarizados, privatizados e racializados, divorciados de qualquer noção de governança democrática ou bem-estar público”.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Diante da necessidade de estudar o conflito entre as ideologias hegemônicas em jogo (GRAMSCI, 1971; FOUCAULT, 1996), o estudo nasceu ancorado na necessidade de lançar um olhar crítico sobre os processos que constituem a indústria da comunicação, tendo como base as linhas de pesquisa que envolvem a Economia Política da Comunicação. Bolaño (2000) defende a necessidade equilibrar o poder da mídia e minimizar a influência do capital sobre a indústria da comunicação, fomentando valores como a pluralidade de opiniões e a diversidade de mídias que possam oferecer uma experiência rica e diversificada ao cidadão (MURCIANO, 2006).

Entretanto, autores como Braman (2004), contestam o papel dessa indústria comunicativa mediada pelo capital. No decorrer do processo de pesquisas e análise de dados, o debate sobre os ataques à privacidade de dados na rede mundial de computadores se acirrou, deixando evidente que a privacidade e a proteção de dados são hoje o principal entrave para a consolidação desse modelo neoliberal de comunicação que se instalou no ambiente da economia digital.

Assim, além de um conceito em disputa, esses atributos constitucionais acabam por representar as diversas nuances do capitalismo digital que defende a autorregulação e a livre iniciativa, tentando impor barreiras à atuação do Estado (MUELLER, 2010). O complicado deste cenário é que o Estado é convocado a atuar no domínio comunicacional como a entidade apta a restaurar a ordem informativa, alinhada ao interesse

público. Esta intervenção estatal visa assegurar que a esfera da comunicação sirva ao interesse comum (MANSELL, 2015). Murciano (2006) destaca que a teoria e a política são indissociáveis no campo da comunicação e o papel do Estado foi decisivo na estruturação e no desenvolvimento de diversos meios de comunicação, como o telégrafo, as telecomunicações, o cinema, o rádio e a televisão.

Por essa razão, acredita-se que a extração de valor dos dados dos usuários, para monitoramento e formação de perfis preditivos do usuário e recomendação de conteúdo com fins lucrativos, deve ser combatida (CARVALHO, 2020), o que justificou a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), sancionada em 2018. Inspirada pelo GDPR europeu, a LGPD estabelece um arcabouço amplo para a coleta, processamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, representando um avanço significativo na proteção dos direitos dos cidadãos e na promoção de uma cultura de privacidade e proteção de dados no país.

Em termos políticos, a pesquisa traz alguns resultados que podem inferir qual o nível de aderência dos políticos aos ideais mais conservadores da direita, de menor intervenção no mercado pelo Estado, ou a uma visão mais progressista, de que o Estado tem um papel distributivo e regulador dos direitos civis e constitucionais.

METODOLOGIA

Utilizando a pesquisa documental e a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), a análise de discurso de Pechêux e a análise crítica de discurso de Fairclough (2008), a tese analisa discursos na Câmara dos Deputados do Brasil, focando em percepções sobre tecnologia, interesses públicos e privados, e a privacidade de dados. A seleção abrangeu cerca de 267 discursos diretamente relacionados à LGPD, buscando entender as dinâmicas de poder e representação no debate.

Para levar a cabo tal classificação, utilizou-se o recurso da semântica das palavras, no sentido de discutir quais são os temas mais recorrentes na discussão crítica ao capitalismo digital de informação. Além de analisar as práticas discursivas, Fairclough acredita que esse método é capaz de “mostrar maneiras não óbvias pelas quais a língua envolve-se em relações sociais de poder e dominação e em ideologias” (FAIRCLOUGH, 2008 [1992], p. 230).

Para direcionar a investigação e delimitar um tema tão vasto, foi necessário estabelecer uma matriz de análise que abrangeu os temas mais discutidos pela mídia

e pela pesquisa científica como sendo os dilemas essenciais da nova Era da Informação. Esses temas são enquadrados em sete categorias de análise, que são conceitos típicos dessa nova economia, ainda à espera de uma conceitualização definitiva.

Assim, os termos abordados como problemáticos na relação com a proteção de dados pessoais são os seguintes: vigilância de dados e cultura de pânico; precarização do trabalho pela ideologia neoliberal; soberania digital, tecnocentrismo e culto à inovação; consenso e metáforas, assimilação; fluxo internacional de dados e decolonialismo; solucionismo tecnológico e dataísmo; e desregulações ou apagamento do Estado.

Com fins de organização metodológica, o quadro analítico envolveu o uso dos mesmos parâmetros para analisar os discursos dos políticos conservadores, dos progressistas e participantes da sociedade civil. Os discursos se concentraram no período de dois anos que antecedem a lei. O olhar do investigador ocupou-se em decupar essas frases e expressões, para revelar em que medida elas se aproximam ou se afastam dos interesses defendidos pelas big techs.

Alguns exemplos desse alinhamento são as tentativas de construção de consenso em torno de uma ideologia neoliberal, privilegiando a autorregulação do mercado da comunicação digital e minimizando a responsabilidade civil das big techs (FUCHS, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura crítica dos discursos confirmou que há uma tendência em supervalorizar os efeitos da tecnologia na solução de problemas políticos e sociais (VIEIRA, 2005), bem como uma baixa compreensão do nível de complexidade do ecossistema digital, em que as big techs assumiram uma blindagem política e legal, que as coloca acima dos Estados, dos governos e dos direitos humanos e civis.

Dos 267 discursos selecionados, foram analisados com profundidade mais de 40, sendo que pelo menos 15 de cada uma das correntes ideológicas, e outros 10 da chamada sociedade civil organizada ou do mercado, ou seja, de atores sociais, incluindo o mercado. A reinterpretação das narrativas políticas na perspectiva das teorias selecionadas demonstra que muito do senso comum da ideologia do novo capitalismo digital está refletido na fala dos deputados. Um exemplo é a defesa da tecnologia como motor de promoção da inovação, do desenvolvimento econômico e da correção das desigualdades sociais.

Apesar de a economia digital ter exacerbado o fosso entre povos e nações pobres e ricas, em razão da concentração de mercado a nível de monopólios nos principais nichos de atuação (WU, 2018), a economia de dados é representada por vários deputados como benéfica para a sociedade e para os países, ideia que é ilustrada por teórico com expressões como “tecnotriunfalismo”; “tecnocentrismo” e “tecnosolucionismo” (MOROZOV, 2018), entre outros.

O culto à inovação é outro aspecto ressaltado, que acaba por se confundir tanto no discurso das empresas, quanto nos discursos políticos, como culto ao livre mercado. O que desperta especial interesse na pesquisa é perceber que as fronteiras ideológicas não estão muito bem delimitadas no debate, havendo uma interface comum na qual transitam livremente ideias progressistas e ideias conservadoras, nas falas de deputados da esquerda e da direita.

Outra constatação foi a predominância da discussão sobre as GAFAMs no debate legislativo sobre proteção de dados, destacando uma narrativa global que promove a tecnologia como elemento central nas políticas públicas de internet, sem considerar as complexas dinâmicas de poder, os direitos violados e os desafios éticos e estruturais (FEENBERG, 2005).

Resumidamente, a leitura dos discursos à luz do enquadramento teórico leva a algumas percepções preliminares sobre o conteúdo encontrado: 1) há interesses inconciliáveis entre o governo e o mercado; 2) a política comercial que se implantou na internet suscita questionamentos sobre a privatização da política pública; 3) o determinismo tecnológico e o livre arbítrio do usuário são narrativas que sustentam o status quo do mercado; 4) o discurso do bem e do mal associado à tecnologia são banalizados como um dado da vida, a vida “reina”; 5) a internet parece surfar na onda da liberalização/privatização; 6) predomina o discurso do “liberal homogêneo”, a partir de uma visão unilateral e benéfica do ecossistema digital, em que pese, há visões pessimistas e alarmantes sobre isso; 7) a ausência de políticas públicas associada às regras de autorregulação fortalece as estratégias de apropriação das estruturas pelo Estado, com a privatização que avança sobre a infraestrutura de rede de telecomunicações, aplicativos e conteúdos; 8) os deputados expressam valores em que tecnologia e política estão inter-relacionados e; 9) a interpretação dos fatos da realidade mediada pelos redes sociais é feita a partir de crenças e valores próprios.

Também foram discutidas as seguintes abordagens: 1) esteve presente no debate, o risco à esfera pública e política, em razão da vigilância social; 2) houve o debate colateral sobre fake News como a mentira quase inevitável, também um dado da realidade; 3) o natural fortalecimento da Economia da atenção e da previsibilidade, sobretudo no aspecto econômico do “progresso” que isso traz; 4) os deputados falam sobre dados digitais e *big techs* como algo natural; 5) haveria a necessidade de aprofundamento para responder, conclusivamente, se o imaginário político reproduz a agenda do capital e; 6) a inovação se apresenta como uma cultura de não-regulação da indústria, em sua aliança com o capital.

Alguns exemplos que aproximam as falas políticas: enquanto os deputados conservadores falam em construir pontes e no fim do conflito laboral, deputados progressistas criticam o Estado como autoritário e vigilante. Enquanto deputados conservadores defendem a inovação e a economia, deputados progressistas apelam para o discurso do pânico, que, indiretamente, reforça o estado de vigilância das *big techs*.

A narrativa do consenso, que se faz nas atuais bases de uma economia capitalista e extremamente desigual, está presente em ambas as correntes ideológicas, ainda que elas discordem quanto ao que é liberdade de expressão e o que é censura. Enquanto os conservadores defendem uma liberdade irrestrita na rede, os progressistas defendem a regulação por parte do Estado. Quanto aos atores, não há narrativas que defendem um estado radical de mudança da política e extrativismo de dados, o que permite inferir que as soluções propostas pela sociedade no parlamento, não são eficientes a ponto de proteger a privacidade dos dados. Laval e Dardot (2016) exploram a ideia de plataformização como um mundo repleto de oportunidades, onde os dados são o novo petróleo e a abordagem é discutida por parlamentares conservadores, progressistas e por atores sociais.

O estudo parte da premissa original, qual seja, de que a representação das *big techs* no parlamento reflete a narrativa pró-mercado dessas empresas, de que o modelo baseado em dados e vigilância é algo positivo e necessário, e até mesmo, inextinguível. Mas não leva em conta o impacto negativo da economia de dados, baseada na falta de transparência, na opacidade de seus sistemas e no baixo nível de responsabilização dos atores centrais, com relação aos danos produzidos, com destaque para a desinformação em massa, discurso de ódio, manipulação de sistemas eleitorais e ataque às democracias.

A originalidade do estudo, o rigor metodológico adotado de buscar os dados de fonte confiável, o uso de parâmetros científicos de comparação e a abrangência do debate teórico promovido permitem traçar um panorama inicial desse cenário, o que não prescinde de que futuras investigações sejam realizadas. Uma das questões a serem colocadas é: por que as leis, ao invés de solucionarem as questões endereçadas originalmente, acabam por agravar os problemas que deveriam enfrentar?

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOLAÑO, Cesar. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: _____. (ed.). **The emergent global information policy regime Braman**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

CARVALHO, Lucas Borges. A democracia frustrada: fake news, política e liberdade de expressão nas redes sociais. **Revista Internet&Sociedade**. N. 1, V. 1, fevereiro de 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista Olho da História**, v. 22, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FEENBERG, Andrew. Teoría crítica de la tecnologia. **Rev. Iberoam. Cienc. Tecnol. Soc.** v. 2, n. 5, mayo de 2005.

FOUCAULT, Michel.. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Paris: Edições Loyola, 1996.

FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia**: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2011, p. 41-69.

FUCHS, Christian. **Social Media**: A Critical Introduction. Califórnia: Sage Academics Book, 2014.

GIROUX, Henry A. **Zombie politics and culture in the age of casino capitalism**. New York: Peter Lang, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista EPTIC**, V. 22, N. 1, 2020, p. 106-122.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MURCIANO, Marcial. As políticas de comunicação face aos desafios do novo milénio: pluralismo, diversidade cultural, desenvolvimento económico e tecnológico e bem-estar social. *In*: SOUSA, Helena. **Comunicação, economia e poder: uma visão integrada**. Porto: Porto Editora, 2006.

MUELLER, Milton L. **Networks and states: The global politics of Internet governance**. Massachusetts: MIT press, 2010.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Editora Edipro. 2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Capitalismo Digital. **Revista Ciências do Trabalho**, N. 20, 2021, p. 1-10.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. New York: John Wiley & Sons, 2017.

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais**. 2019. 399 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

WU, Tim. **The curse of bigness: Antitrust in the new gilded age** (Vol. 15). New York: Columbia Global Reports, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**, v. 30, 2015, p. 75-89.